



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO 2017
AGOE 28.04**

De acordo com a Instrução CVM 481 de 17/12/2009 - Capítulo III - Artigos 8º a 21º estamos encaminhando:

Sumário

EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....	3
Anexo I: Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (art. 9º, III, Instrução CVM nº 481/09); item 10 do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/09)	4
Anexo II: Informações relativas a eleição dos membros do Conselho de Administração e Fiscal (art. 10, Instrução CVM nº 481/09), Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência. (Instrução CVM nº 480/09)	33
Anexo III: Remuneração dos administradores (art. 12, Instrução CVM nº 481/09), Item 13 do Formulário de Referência. (Instrução CVM nº 480/09).....	36
Anexo IV: Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09).....	40
Anexo V: Alteração dos jornais para a publicação dos atos legais.....	41

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

TEKA - TECELAGEM KUEHNRIK S.A. – em recuperação judicial
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 82.636.986/0001-55

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas desta Sociedade a se reunirem no próximo dia 28 de abril de 2017, às 16:00 horas, na Sede Social, na rua Paulo Kuehnrich, n. 68, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau (SC), em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a fim de deliberar sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA:

I – Em Regime Ordinário

1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, com Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.
2. Destinação do resultado do exercício.
3. Fixação do montante global dos honorários da Administração para o exercício de 2017.
4. Eleição dos membros do Conselho de Administração e respectivos suplentes.
5. Eleição dos membros do Conselho Fiscal e fixação da remuneração.

II – Em Regime Extraordinário:

1. Alteração dos jornais para a publicação dos atos legais.
2. Rerratificação da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 29 de abril de 2016.
3. Ratificação das deliberações da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 29 de abril de 2016.

Blumenau (SC), em 29 de março de 2017.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anexo I: Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (art. 9º, III, Instrução CVM nº 481/09); item 10 do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/09)

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

- a. condições financeiras e patrimoniais gerais

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

COMENTÁRIOS

Ao longo do exercício de 2016, a Diretoria da TEKA não poupou esforço nem dedicação para o cumprimento da reestruturação mercadológica, industrial, financeira e o reposicionamento da marca da empresa. Para tal, buscou junto ao Conselho de Administração, a necessária orientação estratégica e respectiva diretriz, do que resultaram frequentes debates, elaboração de cenários prospectivos, fixação de metas e as consequentes estimativas, com a constante identificação de oportunidades e a respectiva análise de custos e necessidades.

Diante dos objetivos traçados em seu plano de negócios e plano estratégico, a Companhia demonstra que está em constante processo de evolução mercadológica e econômica. Este direcionamento estratégico tem permitido à TEKA evoluir significativamente no seu plano de crescimento real e sustentado para os próximos anos.

Em 2016, a Companhia registrou um incremento de 19,6% na Receita Bruta, apesar das dificuldades decorrentes do desaquecimento da economia brasileira. A exportação, viabilizada pela taxa cambial, contribuiu para este desempenho positivo.

A produção industrial brasileira fechou 2016 com queda de 6,6%, sendo esse o terceiro ano seguido em que o setor apresenta retração, segundo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E mesmo diante do cenário atual em que se encontra o país, a Companhia aumentou sua produção em 10,7% em relação a 2015, o que demonstra sua retomada ao crescimento.

A Área Industrial segue aprimorando seus processos produtivos através da inovação, modernização e racionalização, o que além da otimização de máquinas, equipamentos e mão de obra contribui significativamente na redução de custos industriais. Mesmo diante dos altos custos da energia elétrica, provocados pelo Governo, e dos impactos causados pela atual conjuntura econômica, a Companhia conseguiu cumprir o seu plano de unificação de unidades. Tais efeitos deste processo iniciado em março de 2016, estarão refletidos nos índices gerados a partir de 2017.

Em 2016 a Teka participou nos meses de fevereiro e agosto da TMT - Turnê do Mercado Têxtil e em março da primeira edição da TMT Nordeste, eventos que possibilitam um atendimento personalizado, promovendo um ambiente propício à realização de negócios.

No terceiro trimestre a empresa também participou da Market Week Brasil e New York e da 54ª Equipotel. Estes eventos possibilitaram a realização de novos negócios e ajudaram a estreitar o relacionamento com os clientes, assim como consolidar a marca TEKA nos mercados interno e externo.

A equipe comercial tem despendido um grande esforço na recuperação de preços no mercado interno e externo, visando negócios mais rentáveis diante da atual conjuntura econômica e cambial, focando assim em produtos com maior valor agregado. A constante avaliação do mix de produtos, foco no mercado e redução de custos e despesas, são fatores preponderantes no processo mercadológico da TEKA. Cabe destacar também a importante participação da linha promocional no crescimento das vendas e da exportação em 2016.

Durante o ano a Companhia conseguiu expressivas reduções de custos financeiros, entretanto, ainda é dependente da captação de recursos de terceiros a um custo elevado, estando dependente de Factorings para conseguir o seu capital de giro necessário. É extremamente difícil dentro deste cenário desfavorável, a obtenção de créditos com volumes e taxas acessíveis com sua necessidade de capital de giro.

Mesmo diante destes altos custos financeiros a Companhia vem cumprindo com itens do processo de Recuperação Judicial, principalmente no que diz respeito aos trabalhadores e suas habilitações, e aos credores quirografários que estão recebendo debêntures conforme aprovado no Plano de Recuperação.

O compromisso da TEKA se volta principalmente à manutenção dos empregos de seus mais de 1.600 colaboradores, realizando ainda ações voltadas para qualidade de vida e bem-estar, como palestras de conscientização, incentivo à profissionalização e campanhas diversas. A Companhia também contribui com o desenvolvimento social, cultural e econômico das regiões em que atua, auxiliando instituições carentes e campanhas para arrecadação de donativos que atendam às necessidades de creches, escolas, hospitais, asilos e outras instituições.

A Companhia continua gradativamente retomando seu Market Share, aumentando sua presença nos lares brasileiros, sendo uma das maiores fabricantes de cama, mesa e banho. Com isso reforçando seu compromisso com a sustentabilidade, aprimoramento contínuo e inovação nos processos.

A Administração está confiante na execução dos números projetados e deposita toda a sua confiança nos negócios da Companhia para os próximos anos.

b. estrutura de capital

Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações e mudança na estrutura de capital.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

É essencial manter foco em realizar uma estruturação de capital de forma otimizada e sustentável, através de venda de ativos, renegociação com credores, lucro operacional e captação de recursos no mercado de capitais.

- d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Desconto das duplicatas, contratos de giro, antecipação de recebíveis, operações de fomento e crédito de fornecedores.

- e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Alongamento dos compromissos de curto e médio prazo e captação de recursos de longo prazo via bancos oficiais.

- f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras
- iii. grau de subordinação entre as dívidas
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Circulante				
Capital de Giro	195.795	158.631	195.795	158.631
RAET	9.596	9.003	9.596	9.003
BRDE	5.408	4.775	5.408	4.775
FINEP	115.823	102.879	115.823	102.879
BNDDES	38.624	34.325	38.624	34.325
Bancos Diversos	52	164	152	170
Debentures	59.718	54.591	59.718	54.591
	425.016	364.368	425.116	364.374
Não-Circulante				
Capital de Giro	525	-	525	-
Debentures	1.034	-	1.034	-
	1.559	-	1.559	-
Total de Empréstimos e Financiamentos	426.575	364.368	426.675	364.374

Taxas

Capital de Giro	CDI+0,90% a 1,20% a.m. / 1% a 12% a.m. / 1%+IGPM / IN
RAET	TR + 6,0% a.a.
BRDE	TJLP + 7,0% a.a.
FINEP	TJLP + 5,5% a.a.
BNDDES	INPC + 12% a.a.
Debêntures	INPC + 6% a.a. / TJLP + 1,5% a.a.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Por Data de Vencimento				
Vencidos	369.964	324.057	369.964	324.063
Em até 6 meses	51.217	40.311	51.317	40.311
De 6 meses a 1 ano	3.835	-	3.835	-
De 1 a 2 anos	1.559	-	1.559	-
	426.575	364.368	426.675	364.374

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Por Tipo de Moeda				
Reais	424.585	362.771	424.685	362.777
US\$	1.990	1.597	1.990	1.597
	426.575	364.368	426.675	364.374

Garantias e avais

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 240 milhões (R\$ 246 milhões em 2015).

Debêntures

No Plano de Recuperação há a previsão de emissão de Debêntures a credores. No exercício de 2016, a Companhia iniciou o processo de entrega, cujo montante de R\$ 1.034 está reconhecido na rubrica Debêntures no Longo Prazo.

A respeito das Debêntures já existentes antes da Recuperação Judicial, em virtude do não reconhecimento dos efeitos do Plano nas Demonstrações Contábeis, conforme citado na nota explicativa 1.1., estas estão classificadas na rubrica Debentures no Curto prazo.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui limites de utilização dos financiamentos já contratados

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	% Var 16 x 15	31/12/2016	31/12/2015	% Var 16 x 15
Receita De Vendas E/Ou Serviços (Nota 20)	158.990	141.767	12,1%	158.619	141.602	12,0%
Custo De Bens E/Ou Serviços Vendidos	(122.730)	(100.980)	21,5%	(124.637)	(103.149)	20,8%
Resultado Bruto	36.260	40.787	-11,1%	33.982	38.453	-11,6%
Despesas/Receitas Operacionais	(29.792)	(41.994)	-29,1%	(23.261)	(35.432)	-34,4%
Com Vendas	(25.209)	(23.757)	6,1%	(25.829)	(23.891)	8,1%
Gerais E Administrativas	(13.713)	(12.882)	6,5%	(13.825)	(13.009)	6,3%
Outras Receitas Operacionais	30.897	27.712	11,5%	31.696	28.460	11,4%
Outras Despesas Operacionais	(14.699)	(26.861)	-45,3%	(15.303)	(26.992)	-43,3%
Resultado De Equivalência Patrimonial	(7.068)	(6.206)	13,9%	-	-	
Resultado Antes Do Resultado Financeiro E Dos Tributos	6.468	(1.207)	-635,9%	10.721	3.021	254,9%
Resultado Financeiro	(139.322)	(127.950)	8,9%	(143.924)	(132.103)	8,9%
Resultado Antes Dos Tributos Sobre O Lucro	(132.854)	(129.157)	2,9%	(133.203)	(129.082)	3,2%
Imposto De Renda E Contribuição Social Sobre O Lucro	(1.098)	(1.292)	-15,0%	(749)	(1.368)	-45,2%
Resultado Líquido Das Operações Continuadas	(133.952)	(130.449)	2,7%	(133.952)	(130.450)	2,7%
Lucro/Prejuízo Do Período	(133.952)	(130.449)	2,7%	(133.952)	(130.450)	2,7%
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-		(133.952)	(130.449)	
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-		-	(1)	
Resultado Por Ação	(266,22)	(259,26)	2,7%	(266,22)	(259,26)	2,7%

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	% Var 16 x 15	31/12/2016	31/12/2015	% Var 16 x 15
ATIVO TOTAL	914.594	854.695	7,0%	949.582	883.757	7,4%
ATIVO CIRCULANTE	60.918	47.429	28,4%	62.732	48.592	29,1%
Caixa e Equivalentes de Caixa	282	295	-4,4%	310	339	-8,6%
Contas A Receber	41.807	32.681	27,9%	42.172	32.846	28,4%
Estoques	14.478	10.894	32,9%	14.936	11.042	35,3%
Tributos A Recuperar	1.493	791	88,7%	2.018	1.186	70,2%
Despesas Antecipadas	70	32	118,8%	70	32	118,8%
Outros Ativos Circulantes	2.788	2.736	1,9%	3.226	3.147	2,5%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	853.676	807.266	5,7%	886.850	835.165	6,2%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	640.566	582.528	10,0%	641.352	583.272	10,0%
Créditos Com Partes Relacionadas	-	31	-100,0%	-	-	
Outros Ativos Não Circulantes	640.566	582.497	10,0%	641.352	583.272	10,0%
INVESTIMENTOS	47.449	55.594	-14,7%	489	489	0,0%
Participações Societárias	46.960	55.105	-14,8%	-	-	
Propriedade Para Investimentos	489	489	0,0%	489	489	0,0%
IMOBILIZADO	165.153	168.548	-2,0%	244.501	250.808	-2,5%
INTANGÍVEL	508	596	-14,8%	508	596	-14,8%

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	% Var 16 x 15	31/12/2016	31/12/2015	% Var 16 x 15
PASSIVO TOTAL	914.594	854.695	7,0%	949.582	883.757	7,4%
PASSIVO CIRCULANTE	1.883.724	1.705.570	10,4%	1.940.000	1.757.147	10,4%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	699.861	653.700	7,1%	730.438	682.899	7,0%
Fornecedores	356.099	308.294	15,5%	358.120	310.143	15,5%
Obrigações Fiscais	263.773	249.494	5,7%	287.029	271.196	5,8%
Obrigações Fiscais Federais	123.930	118.030	5,0%	147.177	139.725	5,3%
Obrigações Fiscais Estaduais	128.718	122.798	4,8%	128.718	122.798	4,8%
Obrigações Fiscais Municipais	11.125	8.666	28,4%	11.134	8.673	28,4%
Empréstimos E Financiamentos	425.016	364.368	16,6%	425.116	364.374	16,7%
Empréstimos E Financiamentos	365.298	309.777	17,9%	365.398	309.783	18,0%
Debentures	59.718	54.591	9,4%	59.718	54.591	9,4%
Outras Obrigações	121.277	113.919	6,5%	121.572	112.729	7,8%
Passivos Com Partes Relacionadas	27.161	21.435	26,7%	31.849	25.531	24,7%
Outros	94.116	92.484	1,8%	89.723	87.198	2,9%
Provisões	17.698	15.795	12,0%	17.725	15.806	12,1%
Provisões Fiscais, Previdenciárias Trab. E Cíveis	17.698	15.795	12,0%	17.725	15.806	12,1%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	340.607	323.999	5,1%	319.270	301.425	5,9%
Empréstimos E Financiamentos	1.559	-		1.559	-	
Empréstimos E Financiamentos	525	-		525	-	
Debentures	1.034	-		1.034	-	
Outras Obrigações	51.326	53.157	-3,4%	1.319	1.587	-16,9%
Passivos Com Partes Relacionadas	50.740	51.570	-1,6%	-	-	
Outros	586	1.587	-63,1%	1.319	1.587	-16,9%
Tributos Diferidos	39.786	38.687	2,8%	68.659	67.909	1,1%
Provisões	247.936	232.155	6,8%	247.733	231.929	6,8%
Provisões Fiscais, Previdenciárias Trab. E Cíveis	245.620	229.816	6,9%	245.620	229.816	6,9%
Outras Provisões	2.316	2.339	-1,0%	2.113	2.113	0,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) Nota 18	(1.309.737)	(1.174.874)	11,5%	(1.309.688)	(1.174.815)	11,5%
Capital Social Realizado	21.945	21.945	0,0%	21.945	21.945	0,0%
Reservas De Reavaliação	77.140	79.381	-2,8%	77.140	79.381	-2,8%
Reservas De Lucros	4.389	4.389	0,0%	4.389	4.389	0,0%
Prejuízos Acumulados	(1.450.941)	(1.319.877)	9,9%	(1.450.941)	(1.319.877)	9,9%
Ajustes De Avaliação Patrimonial	35.380	36.026	-1,8%	35.380	36.026	-1,8%
Ajustes Acumulados De Conversão	2.350	3.262	-28,0%	2.350	3.262	-28,0%
Participação Acionistas Não-Controladores	-	-		49	59	

10.2. Os diretores devem comentar:

- a. resultados das operações do emissor, em especial:
- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da companhia resulta da produção e comercialização de artigos relacionados à produtos de banho, cama e mesa.

- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Condicionalizada ainda a limitação de recursos financeiros, principalmente devido seus altos custos, a empresa produziu e comercializou cerca de 5.500 ton/ano, sendo que seu melhor desempenho na curva de crescimento foi no segundo semestre.

- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A empresa vai ampliar sua capacidade de criar valor e gerar resultados positivos de forma sustentada e contínua através da gestão de unidade de negócios, visando otimizar custos e despesas, focando MARCAS, produtos e novos canais de vendas, fortalecendo assim, ainda mais suas operações e sua marca

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Elevadas despesas com captação de recursos, visto a dificuldades de financiamento a taxas mais acessíveis.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve fatos relevantes.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve fatos relevantes.

- c. eventos ou operações não usuais

Não houve fatos relevantes.

10.4. Os diretores devem comentar:

- a. mudanças significativas nas práticas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do impostos de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa;
- f) Constituição de provisão para perdas nos estoques; e
- g) As taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

- b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não há normas que tenham entrado em vigor que possam ter efeito significativo nas Demonstrações da Companhia.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Foram emitidos conforme se transcreve abaixo:

Ano de 2013

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Teka - Tecelagem Kuenhrich S.A. (“Em recuperação judicial”)
Blumenau - SC

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Teka - Tecelagem Kuenhrich S.A. “Em recuperação judicial” (‘Companhia’), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. A Companhia apresenta patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 912.669 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 912.632 mil no consolidado) e o nível de endividamento, principalmente relacionado a tributos e encargos sociais, é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez de curto e longo prazo da Companhia. A Companhia teve seu pedido de Recuperação Judicial (RJ) deferido em 08 de novembro de 2012 nos termos da Lei nº 11.101/05, sendo que em 11 de janeiro de 2013, a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial na 2ª Vara Cível de Blumenau - SC, o qual foi homologado em 30 de outubro de 2013. A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir a Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral. Além disso, a Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 154.873 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, naquela data, o passivo circulante consolidado da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 801.010 mil. Em 31 de dezembro de 2013 os ativos e passivos da Companhia foram classificados e valorizados presumindo a continuidade normal dos negócios. Conforme as normas brasileiras e internacionais de auditoria, a Companhia deveria demonstrar este pressuposto de continuidade. As situações acima descritas indicam a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da Companhia e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Até a presente data não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2013 não divulgam, integralmente, estes fatos.
2. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui registrado os montantes de R\$ 14.281 mil (controladora) e R\$ 14.997 mil (consolidado) na rubrica “Outras contas a receber” a título de diversos de adiantamentos realizados. Todavia, nossos exames indicaram que o montante de R\$ 674 mil é referente a adiantamentos efetuados a mais de 180 dias os quais, segundo a Administração da Companhia, não possuem expectativa de realização. Todavia, a Administração não finalizou sua análise e julgamento com o objetivo de concluir quanto a probabilidade de ressarcimento dos recursos ora adiantados, bem como, constituir provisão estimada para perdas desse montante. Consequentemente, a rubrica “Outras contas a receber”, o patrimônio líquido e o resultado do exercício estão a maior em R\$ 674 mil.
3. Conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia, em 13 de novembro de 2011, obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma entidade da federação e sem as limitações impostas pelo Ato Declaratório 3/00 e nos moldes das Leis Nos 9.640/00 e 9.430/96. A Companhia procedeu com o registro do imposto de renda e contribuição social referente a créditos apurados referentes ao período de apuração de 1997 a 2011, com base em levantamento elaborado por empresa especializada, no montante de R\$ 414.619 mil no exercício findo em

31 de dezembro de 2012, cujo registro estava baseado em plano da Administração de recuperação nos próximos anos. Além disso, a homologação desses créditos depende de avaliação da Receita Federal do Brasil (RFB). Adicionalmente em decorrência das múltiplas incertezas quanto a probabilidade de que os planos da Administração possam se concretizar, em razão do assunto mencionado no parágrafo 1 desta seção, e da homologação da RFB, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre o assunto.

4. A Companhia registrou em seu ativo não circulante na rubrica de “Tributos diferidos” os montantes de R\$ 21.666 mil (controladora e consolidado) e no passivo não circulante “Tributos diferidos” de R\$ 58.222 mil (controladora) e R\$ 90.305 mil (consolidado) os quais deveriam ser demonstrados líquidos, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Imposto sobre a renda. Consequentemente o ativo não circulante e o passivo não circulante estão demonstrados a maior, nos montantes de R\$ 21.666 mil (controladora e consolidado). Além disso, conforme mencionado nos parágrafos 1 e 3 desta seção, não obtivemos evidência apropriada e suficiente de auditoria para concluir quanto a realização do referido ativo fiscal diferido.
5. A Controladora Teka - Tecelagem Kuehnrk S.A. possui registrado na rubrica “Partes relacionadas” no passivo circulante, o montante de R\$ 48.170 mil em 31 de dezembro de 2013 referente a operações de mútuo com suas controladas Teka Fiação Ltda. e Cerro Azul Participações e Administração Ltda. A Companhia não tem como prática o cálculo e registro de encargos financeiros e tributos sobre as operações de mútuo, além de não possuir a conciliação e composição desses saldos. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto à adequação do referido saldo registrado nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013, bem como mensurar o valor de possíveis contingências fiscais inerentes a essas operações no resultado e no patrimônio líquido.
6. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui registrado na rubrica “Investimentos” o montante de R\$ 488 mil, o qual segundo a Administração refere-se a terrenos recebidos como parte de pagamento de dívidas de clientes, todavia não possui as respectivas escrituras bem como qualquer outra documentação suporte. Dessa forma, não foi possível, nas circunstâncias, por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre o respectivo saldo, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis do exercício findo naquela data.
7. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 258.488 mil (R\$ 246.159 mil em 31 de dezembro de 2012) e no consolidado R\$ 232.331 mil (R\$ 209.852 mil em 31 de dezembro de 2012). Fomos informados pela Administração da Companhia que, destes montantes, existem operações que montam o valor de R\$ 125.824 mil

(controladora e consolidado), atualizado com índices de taxas de juros inferiores aos acordados contratualmente. A Administração não efetuou os recálculos destes montantes, e, portanto, não registrou e divulgou adequadamente estas informações. Consequentemente, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas demonstrações contábeis. Além disso, estas informações não estão integralmente divulgadas nas notas explicativas.

8. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui registradas em suas demonstrações contábeis, operações financeiras relativas à empréstimos e financiamentos e factoring com as instituições financeiras Banco Brascan S.A., FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Industrial Comercial S.A., DGS Factoring Fomento., Banco Daycoval S.A., Banco Topázio S.A., Banco do Brasil S.A. e Detomaso Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios. Entretanto, não recebemos as respostas de circularização (confirmação de saldos com terceiros) destas instituições financeiras. Dessa forma, não foi possível, nas circunstâncias, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a inexistência de passivos não reconhecidos, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis do exercício findo naquela data.
9. Como decorrência de nossos procedimentos de auditoria, realizamos a circularização das instituições financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2013 com as quais a Companhia mantém operações de financiamentos. Contudo, verificamos que existem diferenças entre os saldos apresentados na contabilidade e as confirmações enviadas pelas instituições financeiras no montante líquido de R\$ 2.787 mil. A Administração da Companhia não apresentou as conciliações destas diferenças, necessárias para a adequação dos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, não foi possível, nas circunstâncias, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre os respectivos saldos, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis do exercício findo naquela data.
10. Conforme mencionado na nota explicativa No 18 às demonstrações contábeis, certas instituições financeiras enviaram correspondência ao administrador judicial da Companhia informando saldos de empréstimos e financiamentos significativamente diferentes dos montantes registrados nestas demonstrações contábeis. Em decorrência das negociações realizadas com os credores em 2012 e antes do Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e mensuração do referido montante. Além disso, estas informações não estão integralmente divulgadas nas notas explicativas.
11. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantém operações com Debêntures no montante de R\$ 43.577 mil (R\$ 39.420 mil em 31 de dezembro de 2012). Essas operações encontram-se com seus pagamentos em atraso, mesmo antes

do Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, havendo, portanto, encargos não reconhecidos no montante aproximado de R\$ 2.000 mil, desconsiderando qualquer impacto tributário, em razão do mencionado no parágrafo 1 desta seção.

12. Na rubrica “Fornecedores”, a Companhia, em 31 de dezembro de 2013, apresenta o montante de R\$ 129.549 mil, registrado desde dezembro de 2012, relacionado a dívidas pactuadas (confissão de dívida). Entretanto, devido ao descumprimento das obrigações contratuais pactuadas, cabe a Administração a avaliação, mensuração e adequada apresentação e divulgação deste saldo contemplando o que preveem estes contratos. Adicionalmente, em dezembro de 2012, antes do Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, em decorrência do descumprimento das cláusulas de certos contratos, as parcelas registradas no passivo não circulante deveriam ser inteiramente reclassificadas para o passivo circulante. Conseqüentemente, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e mensuração do referido montante nestas demonstrações contábeis. Além disso, estas informações não estão integralmente divulgadas nas notas explicativas.
13. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou receita líquida consolidada de vendas e custo de produtos vendidos no total de R\$ 114.594 mil e R\$ 79.504 mil, respectivamente. Todavia, nossos exames indicaram que R\$ 2.951 mil, referente à receita líquida de vendas e R\$ 1.601 mil, referente custo de produtos vendidos, cujos benefícios e propriedade dos bens vendidos ainda não foram transferidos para os respectivos clientes até 31 de dezembro de 2013. Conseqüentemente, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$ 189 mil naquela data.

Abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, até a presente data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Conseqüentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas.

Ênfase

1. Chamamos atenção ao mencionado na nota explicativa No. 27 às demonstrações contábeis, em decorrência da situação econômico-financeira da Companhia, a Administração não renovou os contratos de seguros para cobertura dos bens do ativo imobilizado. Nossa opinião não contém modificação relacionada ao assunto.
2. A Companhia possui registrado o montante de R\$ 4.008 mil (controladora e consolidado) relativamente a precatórios adquiridos de terceiros em exercícios anteriores. A Administração da Companhia acredita no recebimento desses créditos e/ou compensação com impostos, baseada nas negociações, ações em

andamento e aditivos contratuais. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes decorrentes de incerteza quanto à realização desses ativos. Nossa opinião não contém modificação relacionada ao assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados, também, para examinar as demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas *IFRS* que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre a DVA acima referida.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 19 de março de 2013, que conteve ressalvas semelhantes sobre os assuntos dos parágrafos 3, 7, 11, 12 e ênfase sobre o assunto mencionado no parágrafo 1 da seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações individuais e consolidadas”.

Florianópolis, 28 de março de 2014.



BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2 SP 013846/O-1-SC

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-9 “S” SC

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1SP 154954/O-3 “S” SC

Ano de 2014

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, emitido com abstenção de conclusão

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Teka - Tecelagem Kuenhrich S.A. (“Em recuperação judicial”)
Blumenau - SC

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Teka - Tecelagem Kuenhrich S.A. “Em recuperação judicial” (‘Companhia’), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa nr 1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA - Tecelagem Kuehnrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial, os quais foram homologados em 30 de outubro de 2013. No dia 02 de outubro de 2013 a assembleia geral de credores aprovou o plano de recuperação judicial. Até a presente data a Companhia não mensurou os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A execução desse plano é essencial para a

realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir a Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$138.650 mil (R\$154.873 mil em 31 de dezembro de 2013) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado no patrimônio de R\$1.192.025 mil (1.061.838 mil em 31 de dezembro de 2013). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$1.497.173 mil e R\$1.543.702 mil (757.647 mil e R\$801.010 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013) e patrimônio líquido negativo no montante de R\$1.043.218 mil e R\$1.046.177 mil, controladora e consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 912.669 mil e R\$ 912.632 mil controladora e consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas e são fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere e dúvida quanto a base para preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2014, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

3. Como comentado acima, a Companhia apresenta fatores operacionais que requerem uma análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo (análise de “impairment”), conforme pronunciamento emitido pelo CPC 01(R1), entretanto essa análise não foi apresentada pela administração da Companhia. A ausência dessa análise constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e dessa forma não temos como avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda relativos ao ativo aplicável em 31 de dezembro de 2014.

4. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1) a 3) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014 não divulgam, integralmente, estes fatos.

5. Conforme descrito na nota explicativa 7, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma entidade da federação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$477.324 em 31 de dezembro de 2014 e R\$436.046 em 31 de dezembro de 2013) no ativo não circulante. A homologação dos referidos créditos dependem de avaliação da Receita Federal do Brasil (RFB) e de desfecho de processo judicial movido pela

Companhia para restituição destes créditos através de pagamento e não compensação com outros tributos federais.

6. A Companhia registrou créditos de imposto de renda e contribuição social oriundos de diferenças temporárias na rubrica de “tributos diferidos” os montantes de R\$21.666 mil, controladora e consolidado, (R\$ 21.666 mil em 31 de dezembro de 2013) quais não foram objeto de análise de “impairment” e portanto não podemos concluir quanto a realização do referido ativo fiscal diferido.

7. A Companhia apresenta na rubrica de Fornecedores, o montante de R\$ 129.549 mil (R\$ 129.549 mil em 31 de dezembro de 2013), registrado desde dezembro de 2012, relacionado a dívidas pactuadas (confissão de dívida). Entretanto, devido ao descumprimento das obrigações contratuais pactuadas, cabe a avaliação, mensuração e adequada apresentação e divulgação deste saldo contemplando o que preveem estes contratos. Adicionalmente, em dezembro de 2012, antes do deferimento do pedido de recuperação judicial, em decorrência do descumprimento das cláusulas de certos contratos, as parcelas registradas no passivo não circulante deveriam ser inteiramente reclassificadas para o passivo circulante. Conseqüentemente, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e mensuração do referido montante nestas demonstrações financeiras.

8. A Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 319.282 mil, controladora e consolidado (R\$285.353 mil, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2013). Devido ao processo de recuperação judicial em que a Companhia se encontra e aos processos judiciais de revisão dos contratos financeiros, existem diversas situações a serem consideradas quanto ao passivo financeiro da Companhia, à saber: i) existem operações que montam o valor de R\$271.288 mil, controladora e consolidado, (R\$208.583 mil, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2013) atualizado com índices e taxas de juros, inferiores aos acordados contratualmente firmados com as instituições financeiras, ii) certas instituições financeiras enviaram correspondência ao administrador judicial da Companhia informando saldos de empréstimos e financiamentos significativamente diferentes dos montantes registrados nestas demonstrações financeiras em decorrência das negociações realizadas com os credores em 2012 e antes do Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, sendo que estas instituições não responderam as cartas de circularização dos auditores, iii) as operações com Debêntures no montante de R\$ 47.994 mil, controladora e consolidado (R\$ 43.577 mil em 31 de dezembro de 2013). encontram-se com seus pagamentos em atraso, mesmo antes do deferimento do pedido de recuperação judicial, havendo, portanto, encargos não reconhecidos pelo fato da discussão judicial entre as partes e o pedido de recuperação judicial homologado em 2012 pela Companhia; iv) os empréstimos e financiamentos acima destacados contêm cláusulas de compromissos (“covenants”) sujeitas a determinados índices restritivos de dívida (“debt covenants”), os quais são auferidos periodicamente, para os quais a Companhia não nos apresentou evidências que comprovem o atendimento dos covenants. Devido a situação comentada não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas demonstrações financeiras caso o insucesso da Companhia nos pleitos judiciais ou na recuperação judicial em curso. Além disso, estas informações não estão integralmente divulgadas nas notas explicativas.

9. Em consonância com o Plano de Recuperação Judicial, uma lista de equipamentos ociosos foram leiloados em 29 de julho de 2014. O lance arrematador foi de R\$3.385 mil. O valor histórico de custo destas máquinas, já líquidos de efeitos tributários era de R\$10.785 mil, portanto o leilão acarretou uma perda para Companhia na ordem de R\$7.400 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Esta perda reconhecida em 2014 enfatiza que a Companhia requer uma análise periódica quanto à sua capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo (análise de “impairment”), já comentado no parágrafo 03, e portanto, além desta ausência de análise ser uma limitação de escopo em nossos trabalhos, não conseguimos concluir à qual período de anos anteriores as perdas com as máquinas leiloadas se referem.

Abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, até a presente data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas.

Ênfase

1. Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da Companhia, a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2014, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados, também, para examinar as demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre a DVA acima referida.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de março de 2014, que

conteve ressalvas semelhantes sobre os assuntos dos parágrafos 1 à 9 e ênfase sobre o assunto mencionado no parágrafo 1 da seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações individuais e consolidadas”.

Recife, 30 de março de 2015.

Chronus Auditores Independentes S.S.
CRC-PE-000681/O F-SC

Rosivam Pereira Diniz
Contadora CRC-PE-014050/O S-SC

Ano de 2015

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, emitido com abstenção de conclusão

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Teka – Tecelagem Kuenhrich S.A. (“Em recuperação judicial”)
Blumenau - SC

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Teka – Tecelagem Kuenhrich S.A. “Em recuperação judicial” (‘Companhia’), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa nr 1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial, os quais foram homologados em 30 de outubro de 2013. No dia 02 de outubro de 2013 a assembleia geral de credores aprovou o plano de recuperação judicial. Ainda não foi obtida a homologação do plano de recuperação pelo Juiz responsável, e por este motivo até a presente data a Companhia não registrou os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir a Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 129.081 mil (R\$ 126.062 mil em 31 de dezembro de 2014) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado no patrimônio de R\$1.319.876 mil (1.192.025 mil em 31 de dezembro de 2014). O resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos em 31 de dezembro de 2015 é lucro de R\$3.538 mil consolidado (prejuízo operacional de R\$ 32.602mil de prejuízo em 31 de dezembro de 2014). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$1.705.569 mil e R\$1.757.146 mil (R\$1.497.173 mil e R\$1.543.702 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$1.174.873 mil e R\$1.174.814 mil (R\$1.046.218 mil e R\$1.046.177 mil, em 31 de dezembro de 2014). O nível de endividamento indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas e são fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere e dúvida quanto a base para preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

3. A Companhia apresenta fatores operacionais que requerem uma análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo (análise de “impairment”), conforme pronunciamento emitido pelo CPC 01(R1), entretanto essa análise não foi apresentada pela administração da Companhia. A ausência dessa

análise constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e dessa forma não temos como avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda relativos ao ativo aplicável em 31 de dezembro de 2015.

4. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1) a 3) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2015 não divulgam, integralmente, estes fatos.

5. Conforme descrito na nota explicativa 7, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos federais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$526.274 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$477.324 mil em 31 de dezembro de 2014) no ativo não circulante. A homologação dos referidos créditos dependem de avaliação da Receita Federal do Brasil (RFB) e de desfecho de processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos através de pagamento e não compensação com outros tributos federais.

6. A Companhia registrou créditos de imposto de renda e contribuição social oriundos de diferenças temporárias na rubrica de “tributos diferidos” os montantes de R\$18.550 mil, controladora e consolidado, (R\$ 19.180 mil em 31 de dezembro de 2014) quais não foram objeto de análise de “impairment” e, portanto, não podemos concluir quanto a realização do referido ativo fiscal diferido.

7. A Companhia apresenta na rubrica de Fornecedores, o montante de R\$ 151.504 mil (R\$ 129.549 mil em 31 de dezembro de 2014), registrado desde dezembro de 2012, relacionado a dívidas pactuadas (confissão de dívida). Entretanto, devido ao descumprimento das obrigações contratuais pactuadas, cabe a avaliação, mensuração e adequada apresentação e divulgação deste saldo contemplando o que preveem estes contratos. Adicionalmente, em dezembro de 2012, antes do deferimento do pedido de recuperação judicial, em decorrência do descumprimento das cláusulas de certos contratos, as parcelas registradas no passivo não circulante deveriam ser inteiramente reclassificadas para o passivo circulante. Conseqüentemente, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e mensuração do referido montante nestas demonstrações financeiras.

8. A Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 364.368 mil, controladora e consolidado (R\$319.282 mil, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2014). Devido ao processo de recuperação judicial em que a Companhia se encontra e aos processos judiciais de revisão dos contratos financeiros, existem diversas situações a serem consideradas quanto ao passivo financeiro da Companhia, à saber: i) existem operações que montam o valor de R\$ 309.777 mil, controladora e consolidado, (R\$271.288 mil, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2014) atualizado com índices e taxas de juros,

inferiores aos acordados contratualmente firmados com as instituições financeiras; ii) certas instituições financeiras enviaram correspondência ao administrador judicial da Companhia informando saldos de empréstimos e financiamentos significativamente diferentes dos montantes registrados nestas informações financeiras intermediárias em decorrência das negociações realizadas com os credores em 2012 e antes do Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, sendo que estas instituições não responderam as cartas de circularização dos auditores na auditoria relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015; iii) as operações com Debêntures no montante de R\$ 54.591 mil, controladora e consolidado (R\$ 47.994 mil em 31 de dezembro de 2014) encontram-se com seus pagamentos em atraso, mesmo antes do deferimento do pedido de recuperação judicial, havendo, portanto, encargos não reconhecidos pelo fato da discussão judicial entre as partes e o pedido de recuperação judicial homologado em 2012 pela Companhia; iv) os empréstimos e financiamentos acima destacados contêm cláusulas de compromissos (“covenants”) sujeitas a determinados índices restritivos de dívida (“debt covenants”), os quais são auferidos periodicamente, para os quais a Companhia apresentou evidências não suficientes que comprovem o atendimento dos covenants em sua totalidade. Devido a situação comentada não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas informações financeiras intermediárias caso o insucesso da Companhia nos pleitos judiciais ou na recuperação judicial em curso. Além disso, estas informações não estão integralmente divulgadas nas notas explicativas.

Abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, até a presente data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Conseqüentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas.

Ênfase

1. Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da Companhia, a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2015, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados, também, para examinar as demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da

Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre a DVA acima referida.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 30 de março de 2015, que conteve ressalvas semelhantes sobre os assuntos dos parágrafos 1 à 8 e ênfase sobre o assunto mencionado no parágrafo 1 da seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações individuais e consolidadas”.

Blumenau (SC), 30 de março de 2016.

Berkan Auditores
Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7

Bradlei Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6



55 47 3035-2668
Frederico Guilherme Busch, 87, Sala 601
Jardim Blumenau - 89.010-360
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

Ano de 2016

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Teka – Tecelagem Kuenhrich S.A. (“Em recuperação judicial”)
Blumenau - SC

Abstenção de Opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Teka – Tecelagem Kuehnrich S.A. “Em recuperação judicial” (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Companhia pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa número um, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA. Sendo assim, até a presente data, a Companhia não registrou os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 133.952 mil (R\$ 130.449 mil em 31 de dezembro de 2015) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado no patrimônio de R\$1.450.941 mil (1.319.877 mil em 31 de dezembro de 2015). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$1.822.806 mil e R\$1.877.268 mil (R\$1.658.141 mil e R\$1.708.555 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$1.309.737 mil e R\$1.309.688 mil (R\$1.174.874 mil e R\$1.174.815 mil, em 31 de dezembro de 2015). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

3. Como comentado acima, a Companhia apresenta fatores operacionais que requerem uma análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo (análise de “impairment”), conforme pronunciamento emitido pelo CPC 01(R1), entretanto, essa análise não foi apresentada pela administração da Companhia. A ausência dessa análise constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e, dessa forma, não temos como avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda relativos ao ativo aplicável em 31 de dezembro de 2016.

4. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1) a 3) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2016 não divulgam, integralmente, estes fatos.

5. Conforme descrito na nota explicativa 7, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma entidade da federação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$580.533 em 31 de dezembro de 2016 e R\$526.274 em 31 de dezembro de 2015) no Ativo Não Circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da Receita Federal do Brasil (RFB) e de desfecho de processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos através de pagamento e não compensação com outros tributos federais.

6. A Companhia registrou créditos de imposto de renda e contribuição social oriundos de diferenças temporárias na rubrica de “tributos diferidos” os montantes de R\$17.914 mil, controladora e consolidado, (R\$ 18.550 mil em 31 de dezembro de 2015), os quais não foram objeto de análise de “impairment” e, portanto, não podemos concluir quanto a realização do referido ativo fiscal diferido.

7. A Companhia apresenta na rubrica de Fornecedores, o montante de R\$ 112.252 mil (R\$ 90.595 mil em 31 de dezembro de 2015), registrado desde dezembro de 2012, o qual refere-se a dívidas pactuadas (confissão de dívida). Identificamos ainda um montante de R\$ 114.646 mil (R\$ 105.047 mil em 31 de dezembro de 2015) em títulos do mercado interno vencidos a mais de 360 dias. Entretanto, devido ao descumprimento das obrigações contratuais pactuadas, cabe a avaliação, mensuração e adequada apresentação e divulgação deste saldo contemplando o que preveem estes contratos. Consequentemente, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e mensuração do referido montante nestas demonstrações financeiras.

8. A Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 426.575 mil, controladora e R\$ 426.675 mil no consolidado (R\$ 364.368 mil controladora e R\$ 364.374 mil consolidado, em 31 de dezembro de 2015). Devido ao processo de recuperação judicial em que a Companhia se encontra e aos processos judiciais de revisão dos contratos financeiros, existem diversas situações a serem consideradas quanto ao passivo financeiro da Companhia, à saber: i) existem operações que montam o valor de R\$ 366.857 mil, controladora e R\$ 366.957 consolidado, (R\$309.777 mil, controladora

e R\$ 309.783 mil consolidado, em 31 de dezembro de 2015) atualizado com índices e taxas de juros, inferiores aos acordados contratualmente firmados com as instituições financeiras; ii) certas instituições financeiras enviaram correspondência ao administrador judicial da Companhia informando saldos de empréstimos e financiamentos significativamente diferentes dos montantes registrados nestas informações financeiras em decorrência das negociações realizadas com os credores em 2012 e antes do Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, sendo que estas instituições não responderam as cartas de circularização dos auditores na auditoria relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016; iii) as operações com Debêntures no montante de R\$ 59.718 mil, controladora e consolidado (R\$ 54.591 mil em 31 de dezembro de 2015) encontram-se com seus pagamentos em atraso, mesmo antes do deferimento do pedido de recuperação judicial, havendo, portanto, encargos não reconhecidos pelo fato da discussão judicial entre as partes e o pedido de recuperação judicial homologado em 2012 pela Companhia; iv) os empréstimos e financiamentos acima destacados contêm cláusulas de compromissos (“covenants”) sujeitas a determinados índices restritivos de dívida (“debt covenants”), os quais são auferidos periodicamente, para os quais a Companhia não nos apresentou evidências que comprovem o atendimento dos covenants. Devido à situação comentada não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas informações financeiras caso o insucesso da Companhia nos pleitos judiciais ou na recuperação judicial em curso. Além disso, estas informações não estão integralmente divulgadas nas notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados, também, para examinar as demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre a DVA acima referida.

Ênfase

1. Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2016, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro

(IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Blumenau (SC), 28 de março de 2017.

Berkan Auditores
Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7

Bradley Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6



55 47 3035-2668
Frederico Guilherme Busch, 87, Sala 601
Jardim Blumenau - 89.010-360
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A Companhia apresenta patrimônio líquido negativo. Visando buscar alternativas para esse completo ambiente, em 26 de Outubro de 2012 a TEKA Tecelagem Kuehnrk S.A. requereu em juízo a sua Recuperação Judicial, de acordo com a lei nº 11.101/2005, e em 08 de Novembro de 2012 foi deferido o processamento.

Sessenta dias após apresentou seu Plano de Recuperação, em conformidade com a lei, em seu artigo 53. Depois da apresentação do Plano de Recuperação, três Assembleias foram marcadas para aprovação do mesmo. A primeira foi suspensa em votação dos credores quirografários e com garantia real. A segunda acabou sendo suspensa, principalmente por solicitação e votação do credor Celesc, quando então os credores solicitaram que o plano fosse modificado. Na terceira e última Assembleia de Credores, marcada para o dia 02 de Outubro de 2013, foi apresentado um plano modificativo que, após apresentação, foi aprovado por grande maioria, percentual superior a 70%, nas três categorias – Trabalhadores, Garantia Real e Quirografários.

A homologação do Plano de Recuperação se encontra pendente no Tribunal de Justiça de Santa Catarina face a recursos de credores a serem julgados ainda. Assim esclarecemos que os efeitos da Recuperação Judicial protocolada pela TEKA em outubro de 2012 não estão ainda reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

A aprovação do plano permitiu que a TEKA pudesse equacionar seus passivos existentes através de uma reestruturação, que prevê a geração de valor através de recursos próprios.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não ocorreram

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não ocorreram

- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não ocorreram

- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não ocorreram

- iv. contratos de construção não terminada

Não ocorreram

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não ocorreram

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não ocorreram

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia efetuou em 2016, investimentos somente na manutenção de seu parque fabril. Os investimentos importaram R\$ 1.081,8 mil. Para o próximo ano, não há previsão de investimentos relevantes.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Recursos próprios.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não foram identificados outros fatores relevantes que não os anteriormente comentados.

Anexo II: Informações relativas a eleição dos membros do Conselho de Administração e Fiscal (art. 10, Instrução CVM nº 481/09), Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência. (Instrução CVM nº 480/09)

Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer:

I – no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores; e

12.5 - Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor :

Nome	CPF	Profissão	Data Eleição	Prazo do Mandato	Cargo	Eleito pelo Controlador
Conselho Fiscal						
Michele VL Medeiros	016.943.019-74	Administradora	abr/16	abr/17	Membro Efetivo	Sim
João Paulo Wust	037.175.099-77	Contador	abr/16	abr/17	Membro Efetivo	Sim
Ubirajara dos Santos Vieira	165.645.100-04	Bancário	abr/16	abr/17	Membro Efetivo	Não
Conselho Administração						
José Manuel Freitas da Silva	124.960.088-05	Advogado	abr/14	abr/17	Membro Efetivo	Sim
Luis Frederico Kuehnrich	214.132.678-82	Administrador	abr/14	abr/17	Membro Efetivo	Sim
Frederico Kuehnrich Neto	162.136.459-34	Administrador	abr/14	abr/17	Membro Efetivo	Sim

Conselho Fiscal

Experiência Profissional dos indicados:

MICHELLE VIVIANE LOOS MEDEIROS: nos últimos 9 anos exerceu os seguintes cargos; Gerente Financeiro na empresa do Grupo Cell Participações e Administração Ltda e Administradora da Buro Haus Processamento de Dados Ltda.

JOAO PAULO WUST: Graduado em Ciências Contábeis, auditor sócio da J.WA Consultoria Empresarial.

UBIRAJARA DOS SANTOS VIEIRA: Foi Gerente de Escritório Private do Banco do Brasil S.A. responsável pela Região Sul (PR,SC,RS), Professor Universitário Titular em Administração Financeira e Mercado Cambial na UCPel Universidade Católica de Pelotas RS, e em Finanças Internacionais no MBA em Gestão Financeira na Faculdade Atlântico Sul - Pelotas RS. Atualmente é Consultor Financeiro e Diretor da AMB Consultores Associados Ltda. É Conselheiro Certificado pelo IBGC - Instituto Brasileiro Governança Corporativa.

Conselho de Administração

Experiência Profissional dos indicados:

JOSÉ MANUEL FREITAS DA SILVA

Advogado Consultor Jurídico e Financeiro

-União Motores Elétricos (Kolbach) (2003/presente data)

-Engecass Equipamentos Industriais (2007/ presente data)

-Agri Tillage (2006/2007)

-Gerbi - Cerâmica (2004/2006)

-Michelon - Transportadora (2004/2004)

-Parceria com Tacito Eduardo Grubba Advogados Associados (2000 até presente data).

LUIS FREDERICO KUEHNRIK

1997 a 2000 – Estágio Transportadora Itanorte Ltda
 2000 a 2002 – Estágio na Área Industrial / Chefe Fiação Unidade TEKA / Arno
 2002 a 2003 – Assessor Comercial Escritório TEKA / SP
 2003 a 2005 – Gerente de Filial Transportadora Itanorte Ltda / SP
 2005 a 2007 – Diretor Logística e Novos Negócios Transportadora Itanorte Ltda
 2008 – Diretor Geral Itanorte Logística
 30/04/2008 – Eleito membro do Conselho de Administração da TEKA
 13/05/11 - Reeito membro do Conselho de Administração

FREDERICO KUEHNRIK NETO

Desde 1972 exerceu diversas atividades na TEKA
 1977 a 1983 – Diretor de Produção da TEKA
 1983 a 1988 – Diretor Industrial da TEKA
 1988 a 1992 – Diretor Vice Presidente da TEKA
 1991 a 1992 – Diretor de Marketing interino da TEKA
 1992 – Eleito Vice Presidente do Conselho de Administr. e Presidente da TEKA
 03/07/2003 – Eleito Conselheiro Secretário do Conselho de Administr. da TEKA
 16/09/2004 – Eleito Vice Presidente do Conselho de Administração da TEKA
 02/05/2005 – Reeito Vice Presidente do Conselho de Administração da TEKA
 23/05/2006 – Assumiu a Presidência do Conselho de Administração da TEKA
 30/04/2008 – Reeito Presidente do Conselho de Administração da TEKA.
 02/06/2009 – Eleito Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da TEKA.
 17/07/2012 - Diretor Presidente, passa a cumular os cargos de Diretor Administrativo/Financeiro e Diretor Industrial.
 19/09/2012 - Transfere o cargo de Diretor Presidente ao Vice-Presidente.
 MAIO/2014 - Diretor Presidente e Diretor de Relações com o Mercado.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Nome	% Participação
Conselho Fiscal	
Michele VL Medeiros	100%
João Paulo Wust	100%
Ubirajara dos Santos Vieira	100%
Conselho Administração	
José Manuel Freitas da Silva	100%
Luis Frederico Kuehnrich	100%
Frederico Kuehnrich Neto	100%

12.7/8 - Composição dos comitês

Não há nenhum tipo de comitê na empresa.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre administradores da Companhia.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Não se aplica

II – o boletim de voto a distância, nas hipóteses a que se refere o art. 21-A.

Não se aplica

Anexo III: Remuneração dos administradores (art. 12, Instrução CVM nº 481/09), Item 13 do Formulário de Referência. (Instrução CVM nº 480/09)

Art. 12 Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

Considerando a necessidade de fixação, pela Assembleia Geral Ordinária, do montante global anual para distribuição entre os administradores e membros do Conselho de Administração da Empresa, PROPOMOS que o Conselho de Administração, submeta, à Assembleia Geral Ordinária, proposta de fixação máxima do montante global anual para distribuição entre os administradores e membros do Conselho de Administração em R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para o período de abril de 2017 a abril de 2018.

Blumenau (SC), 29 de março de 2017.

A Administração

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- A remuneração total anual dos Administradores (leia-se Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria) será no máximo estipulada na AGO.
- Caberá ao Conselho de Administração a fixação dos valores individuais aos membros da Administração.
- O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores.

- Conselho de Administração – remuneração 100% fixa.
- Conselho Fiscal - remuneração 100% fixa.
- Diretoria – remuneração 100% fixa.

- O reajuste da parcela fixa da remuneração dos membros da administração da Companhia é definido anualmente em Assembleia Geral de Acionistas.
- No formulário de referência será informado os valores médios de cada função.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

31/12/2016 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	4	3	10
Nº de membros remunerados	3	4	3	10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	770.013,00	1.103.708,34	122.880,00	1.996.601,34
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	770.013,00	1.103.708,34	122.880,00	1.996.601,34

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

- Remuneração variável baseada em indicadores avaliados individualmente. Os valores são definidos pelo Conselho de Administração, em atenção aos limites estipulados pela Assembleia.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

- Não há remuneração baseada em ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

- Não há remuneração baseada em ações.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

- Não há remuneração baseada em ações.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

- Não há informações sobre este item.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

- Não há informações sobre este item.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

- Não há informações sobre este item.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

- Não há informações sobre este item.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3	4	3
Nº de membros remunerados	3	4	3
Valor da maior remuneração(Reais)	417.160,00	417.160,00	40.960,00
Valor da menor remuneração(Reais)	37.884,00	50.058,67	40.960,00
Valor médio da remuneração(Reais)	128.335,50	220.741,67	40.960,00

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

- No caso de destituição, será pago o saldo da remuneração referente ao mês em curso e a multa de 50% sobre os valores de FGTS. Contudo, tal regra não se aplica à aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	2014	2015	2016
REMUNERAÇÃO TOTAL / ano	R\$ 2.601.665,33	R\$ 2.198.748,00	R\$ 1.996.601,34
PARTES RELACIONADAS / ano	R\$ 1.335.325,33	R\$ 1.246.985,00	R\$ 1.090.657,00
%Partes Relacionadas	51,3%	56,7%	54,6%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

- Não se aplica

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

- Não se aplica

13.16 - Outras informações relevantes

-
- Não há informações sobre este item.

Anexo IV: Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09)

Não apresentado em função da apuração de prejuízo no exercício.

Anexo V: Alteração dos jornais para a publicação dos atos legais

Excluir o jornal “Valor Econômico” da relação de jornais utilizados para as publicações legais.
A Companhia informa que continuará promovendo suas publicações legais no “Diário Oficial do Estado de Santa Catarina” e no “Jornal de Santa Catarina”.